



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO—3\$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano	360\$
A 1.ª série	140\$
A 2.ª série	120\$
A 3.ª série	120\$

ASSINATURAS	
Semestre	200\$
"	80\$
"	70\$
"	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Decreto-Lei n.º 48 661:

Aprova, para ratificação, o Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e Seus Afluentes e Protocolo Adicional, assinados em Madrid a 29 de Maio de 1968.

Ministério das Comunicações:

Decreto n.º 48 662:

Autoriza a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira a celebrar contrato para a execução do fornecimento de dois guindastes eléctricos e respectivos sobresselentes.

Aviso:

De terem sido efectuadas modificações nas tabelas las entidades oficiais autorizadas a expedir correspondência com isenção de porte.

Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e Seus Afluentes.

Os Governos de Portugal e de Espanha, inspirados pelo mais largo espírito de cooperação e desejando regular de comum acordo o uso e o aproveitamento hidráulico dos rios internacionais nas suas zonas fronteiriças, decidem concluir o seguinte Convénio:

ARTIGO 1.º

O aproveitamento hidráulico dos troços internacionais dos rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e seus afluentes realizar-se-á em benefício das duas nações segundo as prescrições do presente Convénio, procurando harmonizar o referido aproveitamento com todos os outros aproveitamentos de que aqueles troços sejam susceptíveis. Todos os demais direitos de cada Estado limítrofe sobre os referidos troços internacionais definidos em convénios anteriores ficam subsistindo em tudo que não contrarie a aplicação das regras estabelecidas no presente Convénio.

ARTIGO 2.º

Os 27 m superiores do desnível do troço internacional do rio Minho, com origem na confluência do rio Trancoso (Trancoso em espanhol), serão utilizados num só aproveitamento, cuja produção hidroeléctrica é atribuída na proporção de 20,5 por cento para Portugal e 79,5 por cento para Espanha.

A construção e exploração desse aproveitamento poderá ser realizada em comum pelos dois Estados, directamente ou mediante concessionário com capital português e espanhol, na proporção anteriormente indicada.

A construção e exploração do aproveitamento poderá também ser confiada a um só dos Estados, ficando este com a obrigação de entregar ao outro Estado a parte da produção de energia eléctrica que lhe cabe em conformidade com a repartição já indicada.

A realização do aproveitamento poderá ser da iniciativa de qualquer dos Estados, que, para o efeito, submeterá a respectiva proposta à apreciação da comissão internacional prevista no artigo 17.º do presente Convénio.

A esta comissão incumbirá definir as cláusulas da eventual concessão a uma empresa luso-espanhola, as condições da entrega de energia ao Estado não participante, no caso de o aproveitamento não ser realizado em comum, bem como o prazo e demais condições em que um dos Estados poderá usar o direito de participar no custo das obras, na constituição da empresa concessionária e na exploração do aproveitamento, se este for provido pelo outro Estado.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Decreto-Lei n.º 48 661

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aprovado, para ser ratificado, o Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chança e Seus Afluentes e Protocolo Adicional, assinados em Madrid em 29 de Maio de 1968.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Novembro de 1968. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *Marcello Caetano* — *Alfredo de Queirós Ribeiro Vaz Pinto* — *Horácio José de Sá Viana Rebelo* — *António Manuel Gonçalves Rapazote* — *Mário Júlio Brito de Almeida Costa* — *João Augusto Dias Rosas* — *José Manuel Bettencourt Conceição Rodrigues* — *Manuel Pereira Crespo* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Rui Alves da Silva Sanchez* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *José Hermano Saraiva* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *José Estêvão Abranches Couceiro do Canto Moniz* — *José João Gonçalves de Proença* — *Lopo de Carvalho Cancellata de Abreu*.

ARTIGO 3.º

O aproveitamento hidráulico das seguintes zonas dos troços dos restantes rios mencionados no artigo 1.º será distribuído entre Portugal e Espanha pela forma seguinte:

- a) Reserva-se para Portugal a utilização de todo o troço internacional do rio Lima e dos correspondentes desníveis do rio Castro Laboreiro e dos demais afluentes nesse troço;
- b) Para completar o aproveitamento hidroeléctrico que se projecta realizar em território português e que afecta o troço internacional referido na alínea anterior, concede-se a Portugal o direito de utilização em território espanhol do desnível do rio Lima, entre o início do troço internacional e a restituição da central de Conchas, bem como o correspondente desnível dos seus afluentes nesse troço;
- c) Reserva-se para a Espanha a utilização de todo o troço internacional do rio Tejo e dos correspondentes desníveis dos rios Erges e Sever e dos demais afluentes nesse troço;
- d) Concede-se à Espanha, com o fim de permitir o aproveitamento hidroeléctrico unificado do troço internacional do rio Tejo e do troço espanhol do mesmo rio, compreendido entre a confluência do rio Erges e a restituição da central de Alcântara, o direito de utilização dos correspondentes desníveis dos rios Aravil e Ponsul e dos demais afluentes portugueses no referido troço internacional, assim como os dos rios Erges e Sever;
- e) Reserva-se para Portugal a utilização de todo o troço do rio Guadiana, entre os pontos de confluência deste com os rios Caia e Cuncos, incluindo os correspondentes desníveis dos afluentes do mesmo troço;
- f) Reserva-se para a Espanha a utilização do troço internacional do rio Chança compreendido entre as confluências da ribeira da Perna Seca ou Barranco de Raia e do rio Chança com o rio Guadiana, incluindo os correspondentes desníveis dos afluentes nesse troço.

ARTIGO 4.º

Incumbe à comissão internacional prevista no artigo 17.º do presente Convénio apreciar a conveniência de uma regularização adicional para melhor conjugação da exploração do aproveitamento referido na alínea d) do artigo 3.º e do aproveitamento do troço português contíguo do rio Tejo e autorizar as sobrelevações que com tal fim resultem necessárias, tanto do lado português, acima do estrito desnível daquele troço, como do lado espanhol, acima do estrito desnível dos troços definidos nas alíneas c) e d) do artigo 3.º, fixando para isso as correspondentes condições.

ARTIGO 5.º

Poderá ser atribuída a qualquer dos Estados a utilização daquelas partes dos troços dos rios referidos no artigo 1.º e que não se tenham distribuído no artigo 3.º, competindo à comissão internacional fixar as condições do respectivo aproveitamento e as compensações que devam ter lugar para efeito de uma repartição equitativa dos recursos hidráulicos dos rios fronteiriços.

ARTIGO 6.º

Nos troços a que se referem o artigo 2.º e as alíneas a) a d) do artigo 3.º não poderão ser distraídas águas das

utilizadas por virtude deste Convénio sem prévio acordo dos dois Governos. A comissão internacional fixará o volume máximo que em cada caso possa ser desviado e a importância das indemnizações que devam ter lugar.

Para execução de planos oficiais de regadio ou de abastecimento de água a povoações, cada Estado terá o direito de derivar os caudais que corram pelos troços cujo aproveitamento lhe é atribuído nas alíneas e) e f) do artigo 3.º

O aproveitamento de todos os troços que são objecto deste Convénio deverá fazer-se sem prejuízo dos caudais mínimos naturais de estiagem e dos necessários aos usos comuns.

Nos troços de rios abrangidos pelo presente Convénio, que não sejam internacionais, a protecção, a conservação e o fomento da riqueza piscícola reger-se-ão pelas leis específicas de cada país. Quando se trate de troços internacionais, aplicar-se-ão os Convénios especiais subscritos para o efeito e, na sua falta, os usos e costumes estabelecidos.

ARTIGO 7.º

As reservas, reconhecimentos e atribuições de direitos em favor de uma e outra das Altas Partes Contratantes, que se contém no Convénio, são feitas exclusivamente para os únicos efeitos dos aproveitamentos a que as mesmas se referem, sem que em caso algum tais reservas, reconhecimentos e atribuições, nem as obras que ao seu abrigo se realizem, possam afectar problemas de fixação de fronteiras entre os dois países, nem as questões que são da competência da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha, nem qualquer outro assunto distinto dos aproveitamentos objecto do presente Convénio.

A jurisdição de cada Estado nos troços internacionais conservará os limites fixados no tratado de 29 de Setembro de 1864, correspondentes às condições naturais anteriores à realização das obras.

ARTIGO 8.º

Cada Estado realizará, directamente ou mediante concessões outorgadas nos termos da sua respectiva legislação, o aproveitamento das zonas que se lhe reservam no presente Convénio.

No caso de se efectuarem as obras por concessão, a empresa ou empresas concessionárias de cada zona deverão constituir-se nos termos das leis internas do Estado outorgante e só poderão transferir os seus direitos a outra empresa da mesma natureza.

O presidente e a maioria dos vogais do conselho de administração de cada empresa têm de ser forçosamente nacionais do Estado que tenha outorgado a concessão.

Estes conselhos terão a sede e celebrarão as reuniões em território do Estado a cuja jurisdição esteja submetida a respectiva empresa.

Se o Governo de Portugal resolver outorgar a concessão do aproveitamento hidroeléctrico a que se refere a alínea b) do artigo 3.º ao actual concessionário do troço português do rio Lima, poderá exceptuá-lo, pela forma que entender conveniente, do cumprimento das regras estabelecidas neste artigo.

ARTIGO 9.º

As tomadas de água, canais, edifícios e, em geral, todas as obras e instalações precisas para a utilização de cada troço serão situadas no território nacional do Estado a que pertence o aproveitamento, com excepção das barragens e das obras de descarga ou outras acessórias que tenham necessariamente de ser construídas no leito ou na margem do rio pertencente ao outro Estado.

Excepcionalmente, e quando as circunstâncias o exigirem, as tomadas de água, centrais e suas restituições poderão ultrapassar o eixo do rio, sem que isto obrigue à constituição de servidões permanentes de passagem através do território do outro Estado, exteriores às zonas a que se refere o artigo 16.º

A localização da central e demais obras acessórias e necessárias ao aproveitamento do troço internacional do rio Minho será a que for técnica e economicamente mais conveniente.

ARTIGO 10.º

Cada uma das Altas Partes Contratantes compromete-se a constituir, a título privado, sobre os seus terrenos de domínio público, em benefício dos aproveitamentos da outra Parte, as servidões de represamento, encontros de barragem, descarga ou de qualquer outra natureza que sejam indispensáveis para a construção e exploração dos referidos aproveitamentos.

Compromete-se também, reciprocamente e conforme cada caso o exija, a constituir servidões sobre os terrenos pertencentes ao Estado, a corporações ou a particulares que for preciso ocupar no território de um Estado com as obras situadas nos troços de utilização reservada ao outro e a decretar a sua expropriação ou as ocupações temporárias precisas para obter materiais de construção ou para estabelecer as instalações e serviços auxiliares necessários para a construção das obras.

Obriga-se pela mesma forma a decretar a expropriação de outros aproveitamentos actualmente em uso ou exploração que dificultem ou se oponham à total utilização dos aproveitamentos atribuídos a cada Estado no presente Convénio.

ARTIGO 11.º

Para aplicação do artigo anterior ambos os Estados contratantes declaram de utilidade pública todas as obras que qualquer deles tenha de construir para o aproveitamento dos troços que são objecto deste Convénio e a urgência das expropriações necessárias.

ARTIGO 12.º

As servidões, expropriações e ocupações temporárias que hajam de ser constituídas ou decretadas no território de um Estado para a realização de obras relativas aos aproveitamentos do outro serão sujeitas nos seus trâmites às seguintes regras de processo:

a) A comissão internacional prevista no artigo 17.º do presente Convénio será a competente:

- 1) Para fixar a situação e extensão dos prédios que na totalidade ou em parte seja necessário expropriar ou por qualquer outra forma ocupar de harmonia com os projectos aprovados;
- 2) Para determinar o valor definitivo ou fixar a importância da indemnização;
- 3) Para fixar, se a isso houver lugar, a quantia que tenha de ser consignada em depósito como requisito prévio da ocupação provisória do prédio;

b) A comissão deverá, em todos os casos, ouvir os interessados antes de tomar decisão;

c) As resoluções a que se refere a alínea anterior requerem, para terem força executória para com os proprietários e concessionários, que a autoridade territorial competente decrete o seu cumprimento.

O exame desta autoridade não poderá recair sobre o fundo das resoluções, limitando-se a verificar se foram observadas as formalidades prescritas neste Convénio.

Depois de decorridos quinze dias sobre o requerimento à autoridade competente sem ser por esta comunicada a sua oposição, por defeitos de forma que devam ser sanados, ficará firme a decisão da comissão.

A execução dessas resoluções reserva-se em todo o caso para a autoridade territorial segundo a forma estabelecida na sua respectiva legislação.

ARTIGO 13.º

Os Governos de Portugal e Espanha darão mutuamente todas as facilidades necessárias à realização dos trabalhos de campo para a elaboração dos projectos definitivos das obras nas zonas que lhes estão atribuídas, comunicando para esse fim as instruções oportunas às autoridades civis e militares das zonas ribeirinhas dos troços internacionais.

ARTIGO 14.º

Os trâmites e a aprovação dos projectos definitivos e das modificações que neles se introduzam durante o período da construção são da competência do Governo do Estado em cujas zonas de aproveitamento estejam situadas as obras.

Cada Governo comunicará ao outro esses projectos antes de os aprovar para o fim de evitar que das obras a efectuar na respectiva zona possam resultar prejuízos aos aproveitamentos e interesses do outro Estado.

No caso de o aproveitamento referido no artigo 2.º ser realizado em comum, pertence aos dois Governos a competência definida neste artigo.

ARTIGO 15.º

A energia dos troços que são objecto deste Convénio será utilizada livremente pelo país que a produza, observando-se em relação ao rio Minho o que sobre o assunto dispõe o artigo 2.º

Os Governos de Portugal e Espanha darão mutuamente todas as facilidades necessárias à eventual exportação de energia de um para outro país ou para terceiros países.

ARTIGO 16.º

Cada uma das Altas Partes Contratantes, em regime de reciprocidade, compromete-se a tomar as medidas necessárias, seguindo, quando for caso disso, os trâmites previstos no artigo 12.º, para o estabelecimento no seu território de zonas de servidão imediatamente adjacentes ao perímetro de implantação das barragens e obras anexas realizadas pelo outro Estado que forem necessárias à protecção e conservação dessas obras ou à exploração do respectivo aproveitamento. As áreas respectivas, cuja delimitação será estabelecida por acordo entre a comissão internacional a que se refere o artigo 17.º, e a Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha, serão as mínimas necessárias, atendendo às condições técnicas de cada aproveitamento e às condições topográficas locais.

Os postos de fiscalização fronteiriça serão estabelecidos em pontos das linhas de delimitação correspondentes às indicadas zonas de servidão.

ARTIGO 17.º

Para a aplicação do presente Convénio é criada uma comissão internacional luso-espanhola, que se denominará

«Comissão Luso-Espanhola para Regular o Uso e Aproveitamento dos Rios Internacionais nas Suas Zonas Fronteiriças», com as funções que nele se fixam.

Esta Comissão compor-se-á de vogais designados em igual número pelo Governo Português e pelo Governo Espanhol, que designarão os adjuntos considerados necessários. A fixação do número de vogais da Comissão será feita mediante acordo entre os dois Governos, tendo em atenção o que a experiência aconselhe.

As suas reuniões serão celebradas alternadamente em Portugal e em Espanha. A presidência será atribuída em cada reunião a um membro da Comissão pertencente ao Estado em que a reunião se realize.

Dividir-se-ão igualmente pelos dois Estados as despesas ocasionadas pelo funcionamento deste organismo e dos tribunais arbitrais que possam constituir-se em aplicação do Convénio. Cada Governo fixará nas respectivas concessões a obrigação de os concessionários contribuírem para esse encargo comum na proporção que vier a ser fixada pela Comissão.

O funcionamento da Comissão reger-se-á por um estatuto aprovado pelos dois Governos, o qual poderá ser revisto e pedido de qualquer deles.

ARTIGO 18.º

A comissão internacional criada por este Convénio assumirá as atribuições conferidas pelo Convénio de 16 de Julho de 1964 à Comissão Internacional Luso-Espanhola para Regular o Aproveitamento Hidroeléctrico dos Troços Internacionais do Rio Douro e dos Seus Afluentes.

ARTIGO 19.º

A comissão internacional deverá ser ouvida pelos Governos, antes de resolução, sobre as matérias seguintes:

- a) As referidas nos artigos 2.º, 5.º e 6.º;
- b) Aprovação dos projectos definitivos das obras exigidas pelos aproveitamentos e das modificações que alterem a situação ou disposição das barragens, tomadas de água e restituições;
- c) Autorizações para execução de obras destinadas a serviços públicos ou particulares, que afectem os aproveitamentos ou estejam situadas a menos de 500 m de distância horizontal das respectivas obras ou albufeiras;
- d) Autorização para transferir ou modificar as concessões;
- e) Supressão da comissão ou modificações da sua composição, atribuições ou funcionamento.

Independentemente dos casos anteriormente previstos, a comissão deverá igualmente informar qualquer assunto da sua competência sobre que a consultem, juntos ou separadamente, os dois Governos.

ARTIGO 20.º

A comissão terá competência para decidir nas seguintes questões:

- a) A regularização adicional prevista no artigo 4.º;
- b) Forma de respeitar os aproveitamentos comuns e de os tornar compatíveis com os que se realizem em consequência do presente Convénio;
- c) Incidentes que possam surgir por motivo da existência de outros usos e aproveitamentos dos rios, incompatíveis com os direitos que os dois Estados reconhecem mutuamente no presente Convénio;

- d) Constituição de servidões, expropriações ou ocupações temporárias e restabelecimento de comunicações, bem como das zonas de servidão a que se refere o artigo 16.º, que afectem simultaneamente os aproveitamentos privativos de um Estado e o território do outro;

A acção da comissão e as suas faculdades nestes casos são reguladas pela forma prevista no artigo 12.º;

- e) Determinação dos caudais de água e das indemnizações devidas por motivo das utilizações de carácter excepcional a que se refere o artigo 6.º;
- f) Incidentes que possam surgir entre os concessionários das zonas de aproveitamento, por motivo da execução das obras, no que afecte os direitos reconhecidos a cada Estado;
- g) Divergências entre os referidos concessionários que prejudiquem a solidariedade orgânica e técnica das explorações dos troços ou dificultem a sua melhor utilização;
- h) Colocação dos marcos de origem e termo dos troços atribuídos a cada Estado.

ARTIGO 21.º

A comissão terá, além disso, faculdades para:

- a) Exercer a polícia das águas e do leito nos troços internacionais em harmonia com as leis vigentes em cada país;
- b) No período de construção das obras, inspecionar as que afectem simultaneamente os territórios de ambos os Estados e as que um deles construa no território do outro, atendendo-se às condições de cada concessão e aos projectos aprovados;
- c) No período de exploração exercer acção análoga sobre as mesmas obras e o regime hidráulico dos aproveitamentos.

As restantes obras e instalações ficam sujeitas exclusivamente, em ambos os períodos, à inspecção e fiscalização estabelecidas pelas leis de cada Estado.

ARTIGO 22.º

As decisões da comissão internacional serão firmes quando se adoptem por unanimidade. Se forem adoptadas por maioria de votos, não entrarão em vigor sem a conformidade dos Governos, que se entenderá concedida depois que tenham decorrido trinta dias, a partir da data em que se fizer a comunicação à autoridade competente, sem que os Governos formulem a sua oposição, salvo no caso a que se refere o artigo 12.º

Para a execução das suas decisões a comissão internacional requererá a cooperação das autoridades competentes.

As informações e resoluções da comissão serão sempre comunicadas aos dois Governos.

ARTIGO 23.º

Se a comissão internacional não chegar a acordo sobre um assunto submetido à sua consideração, será o mesmo submetido a nova votação na reunião seguinte e, se nela também não for obtido acordo, a comissão levará a divergência ao conhecimento dos dois Governos.

No caso de não se chegar a acordo por negociações directas entre os Governos, o assunto será submetido à decisão de um tribunal arbitral, constituído pelos próprios vogais da comissão internacional, presididos

por um árbitro de desempate, que será designado de comum acordo por ambos os Governos.

Se ambas as Partes não puderem, no prazo de três meses, chegar a acordo sobre o árbitro de desempate e entenderem que a discrepância é de carácter técnico, pedirão ao Instituto Politécnico de Zurique a designação de um engenheiro que actue como árbitro de desempate. Em qualquer outro caso, dirigir-se-ão ao presidente do Tribunal Internacional de Justiça para que efectue a nomeação do árbitro de desempate.

ARTIGO 24.º

Qualquer divergência que se origine entre os dois Estados em relação à aplicação do presente Convénio ou à interpretação das suas cláusulas será submetida a um tribunal arbitral de três membros, dois deles nomeados por cada um dos Governos de Portugal e de Espanha e o terceiro, que será o presidente, designado por acordo dos dois Governos ou, se esse acordo não se obtém, pelo presidente do Tribunal Internacional de Justiça. O tribunal arbitral decidirá em definitivo por maioria de votos.

ARTIGO 25.º

A comissão internacional elaborará o seu estatuto de funcionamento e as normas complementares e os regulamentos necessários à execução deste Convénio.

ARTIGO 26.º

O presente Convénio entrará em vigor quando as Altas Partes Contratantes tenham comunicado pela via diplomática o cumprimento dos respectivos requisitos constitucionais.

Feito em Madrid, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, fazendo fé ambos os textos, aos 29 dias do mês de Maio de 1968.

Pelo Governo Português:

Luis da Câmara Pinto Coelho.

Pelo Governo Espanhol:

F. Castiella.

Protocolo Adicional ao Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chanza e Seus Afluentes.

Artigo único. Os Governos de Portugal e de Espanha, para aplicação do disposto no artigo 2.º do Convénio, dão nesta data aprovação ao seguinte acordo:

No caso de que pelo Governo Espanhol venha a ser aprovado e submetido à comissão internacional um novo esquema racional de utilização do troço internacional do rio Águeda, de acordo com o previsto no artigo 2.º do Convénio entre Portugal e Espanha para regular os Aproveitamentos Hidroeléctricos dos Troços Internacionais do Rio Douro e dos Seus Afluentes, de 16 de Julho de 1964, antes de por ambos os Governos haver sido aprovada a realização do aproveitamento do rio Minho a que se refere o artigo 2.º do presente Convénio, a compensação a Portugal, resultante da modificação dos caudais do troço inter-

nacional do rio Águeda que lhe foi atribuído no mencionado Convénio de 1964, terá lugar através da alteração das percentagens que no artigo 2.º do presente Convénio se estabelecem para a distribuição, entre Portugal e Espanha, da produção da energia eléctrica do troço internacional do rio Minho.

Feito em Madrid, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, fazendo fé ambos os textos, aos 29 dias do mês de Maio de 1968.

Pelo Governo Português:

Luis da Câmara Pinto Coelho.

Pelo Governo Espanhol:

F. Castiella.

Convenio entre España y Portugal para regular el uso y aprovechamiento hidráulico de los tramos internacionales de los ríos Miño, Limia, Tajo, Guadiana y Chanza, y de sus afluentes.

Los Gobiernos de España y Portugal, inspirados por el más amplio espíritu de cooperación y deseando regular de común acuerdo el uso y aprovechamiento hidráulico de los ríos internacionales en zonas fronterizas, deciden concluir el siguiente Convenio:

ARTICULO 1.º

El aprovechamiento hidráulico de los tramos internacionales de los ríos Miño, Limia, Tajo, Guadiana y Chanza, y de sus afluentes, se realizará en beneficio de las dos naciones, según las estipulaciones acordadas en el presente Convenio, procurando armonizar dicho aprovechamiento con todos los demás aprovechamientos de que aquellos tramos sean susceptibles. Todos los demás derechos de los Estados limítrofes sobre los referidos tramos internacionales, definidos en Convenios anteriores seguirán subsistiendo en cuanto no se opongan a la aplicación de las normas establecidas en el presente Convenio.

ARTICULO 2.º

Los veintisiete metros superiores del desnivel del tramo internacional del río Miño, con origen en la confluencia del río Troncoso (Troncoso en portugués), serán utilizados en un solo aprovechamiento hidroeléctrico de cuya producción energética se atribuye un 79,5 por ciento a España y un 20,5 por ciento a Portugal.

La construcción y exploración de este aprovechamiento podrá ser realizada en común por los dos Estados, directamente o mediante concesionario, con participación de capital español y portugués, en la proporción anteriormente indicada.

La construcción y explotación del aprovechamiento podrá también ser confiada a uno de los dos Estados, que tendrá la obligación de suministrar al otro Estado la parte de la producción de energía eléctrica que le corresponda en la proporción anteriormente indicada.

La realización del aprovechamiento podrá ser promovida a iniciativa de cualquiera de los dos Estados, que, a tal efecto, someterá su propuesta a informe de la comisión internacional prevista en el artículo 17.º del presente Convenio.

A esta comisión corresponderá definir las cláusulas de la eventual concesión a una empresa hispano-portuguesa,

las condiciones de suministro de energía al Estado no participante en el caso de que el aprovechamiento no sea realizado en común, y el plazo y demás condiciones en que uno de los dos Estados podrá usar del derecho de coparticipar en el coste de las obras, en la constitución de la empresa concesionaria y en la explotación del aprovechamiento, si éste fuese promovido por el otro Estado.

ARTÍCULO 3.º

El aprovechamiento hidráulico de las siguientes zonas de los tramos internacionales de los restantes ríos mencionados en el artículo 1.º, será distribuido entre España y Portugal de la forma siguiente:

- A) Se reserva a Portugal la utilización de todo el tramo internacional del río Limia y de los correspondientes desniveles del río Castro Laboreiro y de los restantes afluentes en el tramo;
- B) Para completar el aprovechamiento hidroeléctrico que se proyecta realizar en territorio portugués y que afecta al tramo internacional a que se refiere el apartado anterior, se concede a Portugal el derecho de utilización en territorio español del desnivel del río Limia entre el comienzo del tramo internacional y el desagüe de la central de las Conchas, así como el desnivel correspondiente de sus afluentes en ese tramo;
- C) Se reserva a España la utilización de todo el tramo internacional del río Tajo y de los desniveles correspondientes de los ríos Erjas y Sever y de los demás afluentes al tramo;
- D) Se concede a España, con el fin de permitir el aprovechamiento hidroeléctrico unificado del tramo internacional del río Tajo y del tramo español del mismo río, comprendido entre la confluencia del río Erjas y el desagüe de la central de Alcántara, el derecho de utilización de los desniveles correspondientes de los ríos Aravil y Pónsul y restantes afluentes portugueses al mencionado tramo internacional, así como los de los ríos Erjas y Sever;
- E) Se reserva a Portugal la utilización de todo el tramo del río Guadiana entre los puntos de confluencia de éste con los ríos Caya y Cuncos, incluyendo los correspondientes desniveles de los afluentes en el tramo;
- F) Se reserva a España la utilización del tramo internacional del río Chanza comprendido entre las confluencias del arroyo de Perna Seca o Barranco de Raia y del río Chanza con el río Guadiana, incluyendo los desniveles correspondientes de los afluentes en el tramo.

ARTÍCULO 4.º

Incumbe a la comisión internacional prevista en el artículo 17.º del presente Convenio apreciar la conveniencia de una regulación adicional para mejor conjugación de la explotación del aprovechamiento mencionado en el apartado D) del artículo 3.º y del aprovechamiento del tramo portugués contiguo del río Tajo y autorizar las sobreelevaciones que con tal fin resulten necesarias, tanto de lado portugués, por encima del desnivel estricto de aquel tramo, como de lado español, por encima del desnivel estricto de los tramos definidos en los párrafos C) y D) del artículo 3.º, fijando para ello las correspondientes condiciones.

ARTÍCULO 5.º

La utilización de aquellas partes de los tramos de los ríos señalados en el artículo 1.º, que no se hayan distribuido en el artículo 3.º, podrá ser atribuida a cualquiera de los Estados, siendo de la competencia de la comisión internacional fijar las condiciones de los respectivos aprovechamientos y las compensaciones que deban hacerse para un equitativo reparto de los recursos hidráulicos de los ríos fronterizos.

ARTÍCULO 6.º

En los tramos a que se refiere el artículo 2.º y los apartados A) y D) del artículo 3.º no podrán ser derivadas aguas de las utilizadas en virtud de este Convenio, sin previo acuerdo de los Gobiernos. La comisión internacional fijará el volumen máximo que pueda ser derivado en cada caso y las indemnizaciones que hayan de tener lugar.

Para la ejecución de los planes oficiales de riego o de abastecimiento de agua a poblaciones, cada Estado tendrá el derecho de derivar los caudales que corran por los tramos cuyo aprovechamiento le ha sido atribuido en los apartados E) y F) del artículo 3.º

El aprovechamiento de todos los tramos que son objeto de este Convenio deberá hacerse sin perjuicio de las caudales mínimos naturales de estiaje y de los necesarios para usos comunes.

En los tramos de ríos afectados por el presente Convenio, que no tengan el carácter de internacionales, la protección, conservación y fomento de la riqueza piscícola se regirá por las leyes específicas de cada país. Cuando se trate de tramos internacionales, serán de aplicación los Convenios especiales suscritos al efecto y, en su defecto, los usos y costumbres establecidos.

ARTÍCULO 7.º

Las reservas, reconocimientos y atribuciones de derechos en favor de una u otra de las Altas Partes Contratantes que se contienen en el presente Convenio se entienden hechas exclusivamente a los solos efectos de los aprovechamientos a que los mismos se refieren, sin que en ningún caso tales reservas, reconocimientos y atribuciones, ni las obras que a su amparo se realicen puedan afectar a la delimitación de fronteras entre ambos países, ni a cuestiones que son de la competencia de la comisión internacional de límites hispano-portuguesa, ni a ninguna otra cuestión diferente de los aprovechamientos objeto del presente Convenio.

La jurisdicción de cada Estado en los tramos internacionales conservará los límites fijados en el Tratado de 29 de septiembre de 1864, correspondientes a las condiciones naturales anteriores a la realización de las obras.

ARTÍCULO 8.º

Cada Estado realizará por sí o mediante concesiones que otorgue según su propia legislación, el aprovechamiento de las zonas que en el presente Convenio se le reservan.

En el caso de que las obras se construyan por el sistema de concesión, la empresa o empresas concesionarias de cada zona deberán estar constituidas conforme a las leyes internas del Estado otorgante y solo podrán transferir sus derechos a otra empresa de la misma naturaleza.

El presidente y la mayoría de los vocales del consejo de administración de cada una de estas empresas habrán

de poseer, necesariamente, la cualidad de nacionales del Estado que haya otorgado la concesión.

Estos consejos tendrán su sede y celebrarán sus reuniones en territorio del Estado a cuya jurisdicción se halle sometida la respectiva empresa.

Si el Gobierno de Portugal resolviera otorgar la concesión del aprovechamiento hidroeléctrico a que se refiere el apartado B) del artículo 3.º, al actual concesionario del aprovechamiento portugués del río Limia, podrá exceptuarlo, según lo estime conveniente, del cumplimiento de las reglas establecidas en este artículo.

ARTICULO 9.º

Las tomas de agua, canales, edificios y, en general, todas las obras e instalaciones precisas para la utilización de cada zona, se situarán en el territorio del Estado a que corresponda el aprovechamiento, excepción hecha de las presas y de aquellas obras de desagüe y accesorias que necesariamente se hayan de construir en el cauce o en la margen del río perteneciente al otro Estado.

Excepcionalmente y cuando las circunstancias así lo exijan, las tomas de agua, centrales y sus desagües podrán rebasar el eje del río, sin que esto obligue a la constitución de servidumbres permanentes de paso a través del territorio del otro Estado, fuera de las zonas a que se refiere el artículo 16.º

La localización de la central y demás obras accesorias necesarias para el aprovechamiento del tramo internacional del río Miño será la que resulte más conveniente desde el punto de vista técnico y económico.

ARTICULO 10.º

Cada una de las Altas Partes Contratantes se compromete a constituir, a título privado, sobre sus terrenos de dominio público, en beneficio de los aprovechamientos de la otra Parte, las servidumbres de embalse, estribo de presa, desagüe o de cualquier otra naturaleza que fueren indispensables para la construcción y explotación de los referidos aprovechamientos.

Se comprometen asimismo recíprocamente y según proceda en cada caso, a constituir servidumbres sobre los terrenos de propiedad del Estado, de corporaciones o de particulares, que fuere preciso ocupar en el territorio de un Estado con motivo de las obras situadas en las zonas de aprovechamiento del otro, y a decretar su expropiación o las ocupaciones temporales necesarias para obtener materiales de construcción, o para instalar los servicios y medios auxiliares que requiera la construcción de las obras.

Se obliga de igual manera a decretar la expropiación de otros aprovechamientos actualmente en uso o explotación que dificulten o se opongan a la total utilización de los aprovechamientos atribuidos a cada Estado en este Convenio.

ARTICULO 11.º

Para la aplicación del artículo anterior, ambos Estados contratantes declaran de utilidad pública todas las obras que cualquier de ellos o sus concesionarios hubieran de construir para el aprovechamiento de los tramos que son objeto de este Convenio y la urgencia de las expropiaciones necesarias.

ARTICULO 12.º

Las servidumbres, expropiaciones y ocupaciones temporales que hayan de ser constituidas o decretadas en el

territorio de un Estado para la realización de obras correspondientes a los aprovechamientos del otro se sujetarán en su tramitación a las siguientes normas:

A) La comisión internacional prevista en el artículo 17.º de este Convenio será competente:

1. Para fijar la situación y extensión de las fincas que, en totalidad o en parte, sea necesario expropiar u ocupar en cualquiera otra forma, en ejecución de los proyectos aprobados;
2. Para hacer su justiprecio definitivo, o fijar la cuantía de la indemnización; y
3. Para fijar, si hubiera a ello, la cantidad que haya de consignarse en depósito como requisito previo a la ocupación provisional de la finca.

B) La comisión deberá, en todos los casos, oír a los interesados antes de adoptar resolución;

C) Las resoluciones de la comisión requerirán para tener fuerza ejecutiva frente a propietarios y concesionarios que la autoridad nacional competente decrete su cumplimiento.

El examen de esta autoridad no podrá penetrar en el fondo de las resoluciones, limitándose a comprobar si han sido observadas las formalidades prescritas en este Convenio.

Transcurridos quince días, desde el requerimiento a la autoridad competente, sin que ésta haya comunicado su oposición, por defectos de forma que deban ser subsanados, será firme el acuerdo de la comisión.

La ejecución de estas resoluciones se reserva, en todo caso, a la autoridad nacional competente, según la forma establecida en su propia legislación.

ARTICULO 13.º

Los Gobiernos de España y Portugal se darán mutuamente todas las facilidades necesarias para realizar las operaciones de campo que requiera la formación de los proyectos definitivos de las obras en las zonas que les están asignadas, comunicando al efecto las instrucciones oportunas a las autoridades civiles y militares de las zonas fronterizas en los tramos internacionales.

ARTICULO 14.º

La tramitación y aprobación de los proyectos definitivos y de las modificaciones que se introduzcan en ellos durante el período de construcción, corresponderán al Gobierno del Estado en cuyas zonas de aprovechamiento estén situadas las obras.

Ambos Gobiernos se comunicarán mutuamente estos proyectos, antes de su aprobación, para evitar que con motivo de las obras que se efectúen en las respectivas zonas se puedan seguir perjuicios para los aprovechamientos e intereses del otro Estado.

En el caso de que el aprovechamiento al que se refiere el artículo 2.º sea realizado en común, corresponderá a los dos Gobiernos la competencia aludida en este artículo.

ARTICULO 15.º

La energía de los tramos objeto de este Convenio será libremente utilizada por el país que la produzca, observándose con relación al río Miño lo que sobre el asunto dispone el artículo 2.º

Los Gobiernos de España y Portugal se darán mutuamente las facilidades necesarias para la eventual exportación de energía de un país al otro, o a terceros países.

ARTICULO 16.º

Cada una de las Altas Partes Contratantes se compromete, en régimen de reciprocidad, a tomar las medidas necesarias, aplicando, si fuere el caso, los trámites previstos en el artículo 12.º, para el establecimiento en su territorio de las zonas de servidumbre inmediatamente adyacentes al perímetro de la implantación de las presas y obras anejas, realizadas por el otro Estado, que fueran necesarias para la protección y conservación de dichas obras o para la explotación del respectivo aprovechamiento. Las superficies de estas zonas, cuya delimitación será establecida por acuerdo entre la comisión internacional a que se refiere el artículo 17.º y la Comisión de Límites entre España e Portugal, serán las mínimas necesarias, vistas las condiciones técnicas de cada aprovechamiento y las condiciones topográficas locales.

Los puestos de vigilancia de fronteras se establecerán en puntos de las líneas de delimitación correspondientes a las indicadas zonas de servidumbre.

ARTICULO 17.º

Para la aplicación del presente Convenio se crea una comisión internacional hispano-portuguesa que se denominará: «Comisión Hispano-Portuguesa para Regular el Uso y Aprovechamiento de los Ríos Internacionales en Sus Zonas Fronterizas», con las funciones que en el mismo se determinan.

Esta comisión se compondrá de vocales designados en igual número por el Gobierno Español y por el Gobierno Portugués, que nombrarán los adjuntos que consideren necesarios. La fijación del número de vocales de la comisión será hecha mediante acuerdo entre los dos Gobiernos según la experiencia aconseje.

Sus reuniones se celebrarán alternativamente en España y en Portugal. La presidencia será atribuida en cada reunión a un miembro de la comisión perteneciente al Estado en que la reunión se celebre.

Ambos Estados sufragarán por partes iguales los gastos que ocasione el funcionamiento de este organismo y de los tribunales arbitrales que se puedan constituir en aplicación del Convenio. Cada Gobierno fijará en las respectivas concesiones, la obligación de los concesionarios de sostener esta atención común en la proporción que será fijada por la comisión.

El funcionamiento de la comisión se regirá por un estatuto aprobado por los dos Gobiernos, que podrá ser revisado a petición de cualquiera de ellos.

ARTICULO 18.º

La comisión internacional creada por este Convenio asumirá las atribuciones concedidas por el Convenio de 16 de Julio de 1964 a la comisión internacional hispano-portuguesa para regular el aprovechamiento hidroeléctrico de los tramos internacionales del río Duero y de sus afluentes.

ARTICULO 19.º

La comisión internacional deberá ser oída por los Gobiernos, antes de que recaiga resolución, en las materias siguientes:

- a) Las referidas en los artículos 2.º, 5.º y 6.º;
- b) La aprobación de los proyectos de ejecución de las obras que requieran los aprovechamientos y

de las modificaciones que alteren el emplazamiento o la disposición de las presas, tomas y desagües;

- c) Las autorizaciones para ejecutar obras destinadas servicios públicos o particulares que afecten a los aprovechamientos o que estén situadas a menos de quinientos metros, medidos en horizontal, de sus obras y embalses;
- d) La autorización para transferir o modificar las concesiones;
- e) La supresión de la comisión y las modificaciones en su estructura, en sus atribuciones o en su funcionamiento.

Independientemente de los casos preceptivos que antes se enumeran, la comisión deberá informar igualmente a los dos Gobiernos sobre cualquier asunto de su competencia que éstos le consulten conjunta o separadamente.

ARTICULO 20.º

La comisión tendrá competencia para decidir las siguientes cuestiones:

- A) La regulación adicional prevista en el artículo 4.º;
- B) Forma de respetar los aprovechamientos comunes y de hacerlos compatibles con los que se realicen como consecuencia del presente Convenio;
- C) Incidentes que pudieran surgir con motivo de la existencia de otros usos y aprovechamientos de los ríos, incompatibles con los derechos que se reconocen los dos Estados en el presente Convenio;
- D) Constitución de servidumbres, expropiaciones u ocupaciones temporales y restablecimiento de comunicaciones, así como de las zonas de servidumbre a que se refiere el artículo 16.º que afecten simultáneamente a los aprovechamientos propios de un Estado y al territorio del otro.
En estos casos la actuación de la comisión internacional y sus facultades estarán reguladas en la forma que previene el artículo 12.º;
- E) Determinación de los caudales de agua y de las indemnizaciones que procedan, con motivo de las utilizaciones de carácter excepcional a que se refiere el artículo 6.º;
- F) Incidentes que puedan surgir entre los concesionarios de las zonas de aprovechamiento, con motivo de la ejecución de las obras, en cuanto afecten a los derechos reconocidos a cada Estado;
- G) Divergencias entre los referidos concesionarios que perjudiquen a la solidaridad orgánica y técnica de las explotaciones de los tramos, o dificulten su mejor utilización;
- H) Amojonamiento del origen y término de los tramos asignados a cada Estado.

ARTICULO 21.º

La comisión tendrá, además, facultades para:

- A) Ejercer la policía de las aguas y del cauce en los tramos internacionales, con arreglo a las leyes vigentes en cada país.
- B) En el período de construcción de las obras, inspeccionar las que afectan, a la vez, a los territorios de ambos Estados y las que se construyan por uno de ellos en territorio del otro, ateniéndose a las condiciones de cada concesión y a los proyectos aprobados.

C) En el período de explotación, ejercerá análogas funciones respecto a las mismas obras y al régimen hidráulico de los aprovechamientos.

El resto de las obras e instalaciones quedará sujeto exclusivamente, en ambos períodos, a la intervención e inspección que cada Estado tenga establecida en su legislación.

ARTICULO 22.º

Las decisiones de la comisión internacional serán firmes cuando se adopten por unanimidad. Si fueran adoptadas por mayoría de votos, no entrarán en vigor sin la conformidad de los Gobiernos, que se entenderá concedida por el transcurso del plazo de treinta días, a partir de la fecha en que se haga la oportuna comunicación a la autoridad competente, sin que los Gobiernos formulen su oposición, salvo en el caso a que se refiere el artículo 12.º

Para la ejecución de sus decisiones de la comisión internacional requerirá la cooperación de la autoridad competente.

Los informes y resoluciones de la comisión serán siempre comunicados a los dos Gobiernos.

ARTICULO 23.º

Si la comisión internacional no llegara a acuerdo en un asunto sometido a su consideración se someterá el asunto a nueva votación en la sesión siguiente, y si tampoco recayera entonces acuerdo, la comisión pondrá la divergencia en conocimiento de ambos Gobiernos.

En el caso de no llegar a un acuerdo por negociaciones directas entre los Gobiernos, el asunto será sometido al fallo definitivo de un tribunal arbitral, constituido por los mismos vocales de la comisión internacional, presididos por un superárbitro, que será designado de común acuerdo por ambos Gobiernos.

Si ambas Partes no pueden llegar a un acuerdo, en el plazo de tres meses, sobre la persona del superárbitro y estiman que la discrepancia es de carácter técnico, pedirán al Instituto Politécnico de Zurich la designación de un ingeniero que actúe como superárbitro. En todo otro caso, se dirigirán al presidente del Tribunal Internacional de Justicia para que éste efectúe el nombramiento del superárbitro.

ARTICULO 24.º

Cualquier diferencia que se origine entre los dos Estados con motivo de la aplicación del presente Convenio o de la interpretación de sus cláusulas, será sometida a un tribunal arbitral de tres miembros, dos de ellos nombrados por cada uno de los Gobiernos de España y Portugal y el tercero, que será el presidente, por ambos Gobiernos de común acuerdo, o, si éste no se obtiene, por el presidente del Tribunal Internacional de Justicia. El tribunal arbitral decidirá, de forma definitiva, por mayoría de votos.

ARTICULO 25.º

La comisión internacional elaborará su propio estatuto de funcionamiento y las normas complementarias y los reglamentos necesarios para la aplicación de este Convenio.

ARTICULO 26.º

El presente Convenio entrará en vigor cuando las Altas Partes Contratantes se hayan comunicado por vía diplomática el cumplimiento de sus respectivos requisitos constitucionales.

Hecho en Madrid, en doble ejemplar, en lengua española y portuguesa, haciendo fé ambos textos, 29 de Mayo de 1968.

Por España:

F. Castiella.

Por Portugal:

Luis da Câmara Pinto Coelho.

Protocolo Adicional al Convenio entre España y Portugal para regular el uso y aprovechamiento hidráulico de los tramos internacionales de los ríos Miño, Limia, Tajo, Guadiana y Chanza, y sus afluentes.

ARTICULO UNICO

Los Gobiernos de España y Portugal, para aplicación de lo dispuesto en el artículo 2.º del Convenio, dán con esta fecha su aprobación al siguiente acuerdo:

En el caso de que por parte del Gobierno Español se aprobase y sometiese a la comisión internacional un nuevo esquema racional de utilización del tramo internacional del río Agueda de acuerdo con lo previsto en el artículo 2.º del Convenio entre España y Portugal para regular los aprovechamientos hidroeléctricos de los tramos internacionales del río Duero y de sus afluentes de 16 de Julio de 1964, antes de que por ambos Gobiernos se apruebe la realización del aprovechamiento del río Miño a que se refiere el artículo 2.º del presente Convenio, la compensación a Portugal por modificación de los caudales del tramo internacional del Agueda, que le fué atribuido en el mencionado Convenio de 1964, se efectuaría modificando los porcentajes de distribución entre España y Portugal de la energía del tramo internacional del río Miño, fijado en el artículo 2.º del presente Convenio.

Hecho en Madrid, en doble ejemplar, en lengua española y portuguesa, haciendo fé ambos textos, 29 de Mayo de 1968.

Por España:

F. Castiella.

Por Portugal:

Luis da Câmara Pinto Coelho.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Junta Central de Portos

Decreto n.º 48 662

Tendo em vista as disposições do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 48 234, de 31 de Janeiro de 1968;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira a celebrar contrato para a execução do fornecimento de dois guindastes eléctricos e respectivos sobresselentes pela importância de 5 522 957\$.